

A teoria das classificações analítico-sintéticas, ou facetadas, e a sua influência sobre a reforma da Classificação Decimal Universal (CDU)

ASTÉRIO CAMPOS

Departamento de Biblioteconomia
Faculdade de Estudos Sociais Aplicados
Universidade de Brasília

A falência das classificações enumerativas levou os bibliotecários e documentalistas à rejeição de qualquer tipo de classificação como instrumento da recuperação da informação. A CDU, que é um sistema semifacetado, provavelmente inspirou Ranganathan na elaboração de suas teorias. Agora, se a CDU quiser responder às exigências da moderna documentação deverá utilizar os princípios básicos das classificações facetadas e assim transformar-se num sistema totalmente facetado.

O tema que vai ser abordado consiste numa exposição sumária dos princípios fundamentais das classificações facetadas que devem servir de base para uma das principais transformações a que a CDU está sendo submetida, neste momento. As modificações programadas, ou já em andamento, não se referem só ao conteúdo do sistema, na linha das **Extensions and Corrections**, mas sobretudo às estruturas, com a finalidade de transformá-lo de classificação semifacetada que é num sistema totalmente facetado. Reformas de estrutura num sistema de classificação bibliográfica podem, à primeira vista, parecer de menor importância. Na realidade trata-se de alte-

rações de tal maneira básicas que sem elas de pouco servirão as habituais extensões e correções. A CDU, enxertada que foi no tronco envelhecido da Classificação de Dewey (CD), não tem, neste momento, outra alternativa: ou se reforma para acompanhar o vertiginoso desenvolvimento da documentação moderna, ou se condena a desaparecer como instrumento de informação bibliográfica. Se efetuar as reformas de estrutura e de conteúdo — que estão sendo solicitadas — não há dúvida de que terá amplas possibilidades de converter-se numa das línguas documentárias procuradas.

As razões que justificam o tratamento desse assunto são as seguintes:

1. A teoria das classificações facetadas constitui o que há de mais atual e mais avançado nesta área. As pesquisas de Ranganathan, prolongadas nos trabalhos do DRTC (Documentation Research and Training Centre) de Bangalore e do CRG (Classification Research Group) de Londres apresentam-se hoje como momentos decisivos no progresso da documentação moderna.

2. Um dos sistemas de classificação bibliográfica mais utilizados entre nós é a CDU. A reforma desta se inspira, neste momento, na teoria das classificações facetadas. Parece oportuno conhecer os princípios básicos que orientam tal reforma.

Convém desde logo acentuar: as modificações da CDU, previstas e programadas, não são exclusivamente de caráter estrutural. Há outras de conteúdo, não menos importantes. Mas destas não trataremos aqui.

Que são classificações analítico-sintéticas, ou facetadas? Para maior clareza da resposta a ser dada a esta pergunta convém lembrar que as classificações bibliográficas, até agora em uso, podem, em linhas gerais, distribuir-se em dois grandes grupos: classificações enumerativas e classificações analítico-sintéticas ou facetadas.

1. As classificações enumerativas possuem as seguintes características:

a) Incluem, ou pretendem incluir, nos próprios esquemas, não apenas assuntos simples, como também assuntos compostos e assuntos complexos.

Por assuntos simples entendem-se aqui as disciplinas fundamentais e respectivas subdisciplinas (Física, Química, Biologia, Sociologia, Economia, Literatura, Música etc.), assim como qualquer assunto

que reflita apenas uma faceta de uma classe básica. Exemplo: Literatura inglesa, Romance etc.

Assuntos compostos são os que refletem duas ou mais facetas da mesma classe básica. Exemplo: Romance inglês, Cura de doenças nervosas etc.

Assuntos complexos são os que refletem duas ou mais facetas de classes básicas diversas. Exemplo: Influência da Bíblia no romance inglês, Hospitais para alcoólatras etc. (°)

As classificações enumerativas, pelo fato de apresentarem um elenco de assuntos não só simples, como também compostos e complexos, se tornam cada dia mais inatuais e impraticáveis. Por mais que cresçam e se desenvolvam jamais conseguem acompanhar o ritmo de desenvolvimento e a complexidade da moderna documentação. Mesmo com a extensão da Classificação da Library of Congress dos Estados Unidos, com cerca de 30 volumes e aproximadamente 8.000 páginas, não conseguem seguir a complexidade crescente da realidade bibliográfica.

Tais esquemas — representados, com maior ou menor intensidade, por todas as classificações gerais existentes, com exceção da Colon Classification — sofreram influência da chamada lógica aristotélica. Ao estruturá-las deu-se ênfase quase exclusiva às relações de gênero para espécie (ou de inclusão) entre os conceitos. Pensou-se que a ciência se desenvolvia em forma arborescente. Modernamente foram postos em relevo outros tipos de relacionamento das idéias. Tais classificações tornaram-se obsoletas, desatualizadas. Note-se, de passagem, que no momento da elaboração da CDU já foi sentida, de algum modo, a necessidade de romper o círculo férreo das relações de inclusão, que transformaram os esquemas antigos em elencos enumerativos mais ou menos fechados. Prova disso é a utilização dos dois pontos como sinal de relação (que provavelmente terá inspirado Ranganathan no relacionamento das facetas, donde o nome de “classificação dos dois pontos” dado ao seu sistema), a elaboração das tabelas auxiliares, a inclusão das divisões analíticas etc. De fato, porém, a CDU não escapou aos vícios da enumeração. Vejamos alguns exemplos.

* Seguimos aqui a nomenclatura da Federação Internacional de Documentação (FID) que não corresponde exatamente à de Ranganathan. Cf. UNIVERSAL DECIMAL CLASSIFICATION (UDC) REVISION PUBLICATION PROCEDURE. The Hague, International Federation for Documentation, 1968, 2.23.

Se tivermos que classificar, pela CDU, um documento sobre Hospitais para alcoólatras encontraremos o seguinte número já pronto: 178.6. Examinemos a estrutura deste símbolo:

- 1 Filosofia
- 17 Ética
- 178 Temperança. Intemperança
- 178.1 Uso de bebidas inebriantes. Alcoolismo
- 178.6 Instituto de correção para alcoólatras. Asilos e hospitais para alcoólatras

Perguntamos: haverá alguém que, necessitando de um livro sobre hospitais para alcoólatras, se lembre de dirigir-se à estante de Filosofia? É dispensável qualquer comentário sobre a conveniência ou inconveniência de colocar um livro sobre hospitais numa estante de Filosofia. Mas a isto somos conduzidos pelo espírito enumerativo ainda existente nalguns setores da CDU. Este, porém, não é o único mal que daí resulta. Se consultarmos os índices das tabelas, iremos encontrar outros números relacionados com o conceito de Hospital. Vejamos alguns. Em 725.65 classificam-se documentos sobre Arquitetura de hospitais para alcoólatras. Suposto que haja, de fato, um tipo específico de arquitetura para tais hospitais, cabe perguntar: como relacionar com o número precedente? Mas as tabelas nos oferecem ainda outros números prontos para assuntos relacionados com Hospitais. Exemplos: 64.024.8 Administração de hospitais; 615.478 Equipamento cirúrgico e de hospitais; 362.11 Assistência pública em hospitais; etc. Quem não vê a dispersão sofrida pelo assunto principal, em todos estes casos? Como recuperar toda a informação contida no acervo sobre tal assunto?

Embora submetidas a contínuas extensões e correções, as tabelas da CDU, pela presença do espírito enumerativo próprio dos esquemas antigos, ainda contêm exemplos gritantes de violação das mais elementares normas da facetação dos assuntos. Veja-se mais um exemplo no número 781.97 que serve para classificar Bibliografia de obras musicais. Qualquer principiante em CDU sabe que a bibliografia de assuntos específicos reúne-se em 016 seguido de dois pontos e do assunto sobre que versa a bibliografia.

b) As classificações enumerativas caracterizam-se ainda pela aplicação pouco rigorosa dos princípios da lógica na elaboração das facetas que, não raro, aparecem confusas e heterogêneas. Vejam-se os exemplos que seguem, tirados também das tabelas da CDU. Ao

tentar classificar um documento sobre Formas básicas da educação encontramos o seguinte número: 37.018. Espera-se que as subdivisões deste número nos apresentem as formas básicas do processo educacional. Realmente o esquema tem este propósito:

- 37.018 Formas básicas da educação
- 37.018.1 Educação no lar
- 37.018.2 Educação na escola
- 37.018.3 Educação em internatos

Este elenco seria aceitável se não contivesse as seguintes subdivisões:

- 37.018.26 Atitude dos pais em relação à escola
- 37.018.262 Relações entre pais e mestres
- 37.018.265 Associação de pais e mestres. Clubes escolares

Será que tais assuntos podem ser considerados como formas básicas da educação? Quem não vê a confusão introduzida pelo fato de se ter reunido na mesma faceta assuntos heterogêneos que estariam bem noutros lugares?

Veja-se ainda este outro exemplo, tirado igualmente das tabelas da CDU:

- 361.9 Assistência social e socorro em casos de emergência
- 361.91 Tremores de terra, tempestades etc.
- 361.92 Inundações
- 361.93 Guerras. Guerras civis
- 361.94 Epidemias
- 361.95 Fome
- 361.96 Incêndios
- 361.98 Serviço voluntário

Será que Serviço voluntário constitui um dos casos de emergência em que é prestada a assistência social?

c) Finalmente, os esquemas enumerativos, via de regra, não apresentam normas para representação de assuntos compostos e complexos. Esta falta de flexibilidade é quase sempre prejudicial. Não sendo possível prever todas as modalidades com que se apresentam os vários assuntos contidos na bibliografia atual e não havendo

possibilidade de composição, dentro de uma quase pós-coordenação bem planejada, fica o classificador na necessidade de, por vezes, sacrificar aspectos importantes do documento. Quem tem experiência do uso da classificação de Dewey sabe quantas vezes é necessário optar entre um ou outro elemento do assunto em pauta, já que as tabelas oferecem poucas possibilidades de composição.

2. Já agora é possível dizer o que são classificações facetadas. São esquemas de termos normalizados que apresentam assuntos simples, divididos em facetas homogêneas, obtidas pela aplicação rigorosa de características fundamentais a cada uma das classes básicas e acompanhadas de normas que permitem a representação de assuntos compostos e complexos. Também podemos dizer que as classificações facetadas, ou analítico-sintéticas, possuem, em sentido inverso, as características anteriormente apontadas para as classificações enumerativas:

- a) apresentam, nos próprios esquemas, somente assuntos simples;
- b) fazem aplicação rigorosa da característica na elaboração das facetas que, conseqüentemente, são homogêneas;
- c) apresentam normas para a construção dos símbolos representativos dos assuntos compostos e complexos.

Não é necessário insistir sobre as vantagens das classificações facetadas. A documentação moderna, por demais complexa, jamais se poderá enquadrar nos estreitos limites das classificações enumerativas. A influência das classificações facetadas, ou melhor, da análise facetada dos assuntos, faz-se sentir hoje também na elaboração dos tesouros. Além disso, é já de todos conhecida a reunião, no mesmo instrumento de trabalho, da classificação facetada e do tesouro (1). Nesta linha se encontra também a decisão da FID de não só aplicar às tabelas da CDU as normas da facetação, como também de transformar os atuais índices alfabéticos em tesouros. Em janeiro de 1974 foi distribuído entre os interessados e colaboradores da FID um relatório preparado por Léon d'Haenens e Georges Lorphèvre em que se propõe um índice "tesaurificado" para a classe 330 Ciência econômica (4).

As falhas das classificações antigas (todas mais ou menos enumerativas) levaram os bibliotecários e documentalistas a algumas atitudes perfeitamente compreensíveis. Há, em primeiro lugar, os que, não encontrando, em nenhum dos sistemas de classificação existentes, resposta adequada às suas necessidades, assumiram uma po-

sição bastante radical. Rejeitaram qualquer sistema de classificação. Entraram a utilizar só e exclusivamente a indexação alfabética. Os sistemas de indexação pós-coordenada e de seleção mecânica vieram acentuar ainda mais a aparente desnecessidade de qualquer sistema de classificação bibliográfica. Os êxitos da moderna indexação alfabética são realmente notáveis e nada haveria que objetar, não emergissem duas considerações dignas de atenção: **a)** a indexação alfabética tem os limites da língua em que é feita; **b)** para ser devidamente eficiente não pode deixar de introduzir subrepticamente algum sistema de classificação no imprescindível relacionamento dos conceitos (3, 14).

Outro grupo não renunciou à classificação, mas optou pelas classificações especiais. Chegou-se, em determinado momento, à convicção da impossibilidade e da desnecessidade de classificações universais ou gerais. Por muitos anos o CRG de Londres trabalhou na construção de sistemas particulares, ou especiais, de classificação. Havia esperança, mais ou menos formulada, de que, se um sistema universal de classificação viesse a ser necessário, poder-se-ia obtê-lo pela soma das classificações particulares, ou especiais. Não tardou, porém, que se chegasse a um impasse. Visto que nenhuma classificação se faz no vazio, sempre que tentavam elaborar uma classificação especial sentiam necessidade de classificar não apenas os assuntos centrais (**core subjects**), mas também os assuntos marginais (**fringe subjects**). Estes assuntos marginais exigiam, em última análise, a existência de uma classificação universal. Hoje o CRG empenha-se na elaboração de uma classificação universal.

As preocupações da FID neste momento não são propriamente a criação de um novo sistema de classificação que substitua a CDU. A partir do conhecido estudo de Ingetraut Dahlberg (2), entre outros, foi debatido o problema do abandono total da atual CDU e criação de uma nova CDU (NUDC). Até o presente parece prevalecer a opinião de uma reforma, mesmo drástica, antes que a substituição por um novo sistema.

A reforma das regras para o processo de revisão e publicação (13), assim como os estudos de Adolf-Friedrich Schmidt (11), entre outros, mostram a preocupação de, na medida do possível, não prejudicar os usuários com uma substituição pura e simples do sistema por outro, mas ativar um processo de revisão em profundidade das atuais tabelas. Prioritariamente a FID se volta para a elaboração do chamado Código de Referência Normalizado (Standard Reference Code — SRC) para ir ao encontro das necessidades do Unisist, para o qual

é imprescindível a obtenção de um sistema padrão a ser utilizado como linguagem única em sua rede de informações. Simultaneamente será continuado o processo de reforma da CDU, desta vez, porém, com muito maior profundidade, tendo em vista exatamente as exigências da documentação moderna e a atual teoria das classificações facetadas. Os dois programas são perfeitamente compatíveis. Como bem acentuou G. A. Lloyd (6), não há incompatibilidade entre o SRC e a reforma da CDU. Antes, os resultados obtidos na elaboração do SRC poderão muito bem servir de modelo para as reformas da CDU.

Voltando, porém, à conceituação básica das classificações facetadas, diremos que se trata de sistemas que agrupam, em facetas homogêneas, termos que mantêm com a classe básica relação constante. Há que reconhecer, como processos fundamentais, a análise do assunto em facetas e a síntese dos elementos que o compõem.

O núcleo central da análise facetada é a distribuição dos termos relacionados com determinado domínio do conhecimento em facetas homogêneas que se excluem mutuamente e que derivam de uma fonte comum pela aplicação rigorosa de uma só característica da divisão. As facetas resultantes não se relacionam entre si exclusivamente pelo processo de inclusão, nem se integram em tabelas rígidas e enumerativas, mas conservam a máxima capacidade de relacionamento, proporcionando à documentação moderna possibilidades inúmeras de simbolização e representação de assuntos novos.

Na elaboração de uma classificação facetada, depois de delimitado o campo a que se pretende aplicar a análise, examina-se a respectiva terminologia e produção científica. Nesse exame verifica-se facilmente que a relação dos termos utilizados com o assunto básico se torna repetitiva. Se examinarmos, por exemplo, a bibliografia e a terminologia utilizada no estudo da Literatura encontraremos termos como os seguintes: Literatura francesa, Literatura inglesa, Literatura alemã etc., Poesia, Teatro, Romance etc., Crítica literária, Traduções etc. Está claro que a relação entre Literatura francesa, Literatura inglesa, Literatura alemã etc. e a classe básica Literatura é idêntica. Diremos que o conjunto destas subdivisões constitui a faceta Língua da classe básica Literatura. Se examinarmos as subdivisões Poesia, Teatro, Eloquência etc., verificaremos que todas mantêm a mesma relação com a classe básica Literatura e que constituem, por isso, a faceta Forma da mesma classe. As subdivisões Crítica literária, Traduções etc. constituem a faceta Problemas da mesma classe básica Literatura. Descobrimos, assim, as facetas Língua,

Forma e Problemas do assunto básico Literatura que se podem dispor da seguinte maneira:

Característica	Faceta
Língua	Literatura francesa Literatura inglesa Literatura alemã Etc.
Forma	Poesia Teatro Romance Etc.
Problemas	Crítica literária Traduções Etc.

Qualquer assunto, uma vez identificadas as facetas básicas dos elementos que o compõem, poderá ser facilmente classificado, por mais complexo que se apresente. Nisto reside a grande riqueza e atualidade das classificações analítico-sintéticas.

É claro que a esta altura surge o grande problema: como identificar as facetas básicas de determinado assunto? Aqui reside, possivelmente, uma das mais valiosas contribuições de Ranganathan. À primeira vista pode-se pensar que o número de facetas em qualquer área do conhecimento humano é infinito. Na realidade qualquer assunto pode ser visto sob qualquer ponto de vista. O que importa saber, porém, é quantos e quais os pontos de vista de interesse para a documentação. Por outras palavras: quantas e quais são as facetas básicas de determinado assunto?

Segundo Ranganathan, que diz ter levado considerável tempo no exame dos principais esquemas de classificação em uso no seu tempo, as características utilizadas como base na elaboração de facetas são sempre manifestações de cinco conceitos básicos, ou categorias: **Personality, Matter, Energy, Space e Time** que se resumem na conhecida fórmula PMEST. Muitos teóricos da classificação, embora admitindo o princípio segundo o qual as facetas de interesse para a documentação podem ser reduzidas a determinado número de conceitos básicos (categorias), rejeitam o número cinco. Veremos, dentro em breve, que o esquema que apresentam em substituição à

fórmula de Ranganathan parece redutível a ela. Mais radical e menos imparcial tem sido a crítica dos que, descobrindo analogias — o que é inegável — entre as categorias de Ranganathan e as de Aristóteles, rejeitam-nas com base numa famosa crítica de Bertrand Russell às categorias de Aristóteles. Deste teor é o artigo de R. Moss (8). Causa surpresa, porém, verificar que todo o peso da argumentação deriva única e exclusivamente da autoridade do pensador inglês. Tendo em vista, porém, que o conceito de categoria é funcional em documentação, para exorcizá-lo do âmbito da classificação bibliográfica não parece suficiente a autoridade de Bertrand Russell, por mais que lhe reconhecamos o valor.

Os que não aceitam a restrição para cinco do número das facetas sugerem, aproximadamente, o seguinte esquema: Coisa, Todo, Produto, Tipos ou espécies, Partes ou órgãos, Elementos constitutivos, Estrutura, Forma, Matéria, Propriedades, Ações, Operações, Processos, Problemas, Agentes, Espaço e Tempo (15). Afirmam também que as facetas básicas variam de acordo com a área do conhecimento humano.

Parece, porém, que os vários esquemas que se apresentam não são outra coisa senão traduções diversificadas da fórmula de Ranganathan (ou algo a ela redutível). O esquema apresentado anteriormente permite o seguinte confronto:

Personality = Coisa, Todo, Produto final, Tipos ou espécies, Partes ou órgãos;

Matter = Elementos constitutivos, Estrutura, Forma, Matéria, Propriedades;

Energy = Ações, Operações, Processos, Problemas;

Nota: Agentes apresenta-se como novo ciclo da faceta básica **Personality**.

Vejamos como caracterizar cada uma das facetas básicas. Infelizmente não existe definição rigorosa de cada uma, sobretudo da primeira que é, de todas, a mais importante. Segundo Ranganathan a determinação delas tem que ser intuitiva. Nisto está, sem dúvida, um dos pontos fracos e, até certo ponto, vulneráveis, da teoria ranganathaniana. As considerações elaboradas por Norman Roberts (10) têm sua razão de ser. É lamentável que conceitos de tal importância para a classificação bibliográfica não tenham ainda recebido uma justificação teórica suficiente no sentido de retirá-los do terreno ambíguo da intuição prática.

Personality. Esta é, sem dúvida, a mais importante das categorias fundamentais. Entretanto, Ranganathan não a definiu. Antes, declarou-a “inefável”. Sugere, para determiná-la, o chamado método dos resíduos. Tudo que em determinado assunto não for “Time”, “Space”, “Energy” ou “Matter” será “Personality” (9). Obviamente, tal método não é claro nem fácil. Talvez seja melhor acolher a descrição apresentada por Mills: “Personality is used to describe those facets of any subject which give it its essential character” (7). E acrescenta que deriva da definição do assunto e serve para descrever as facetas que se apresentam como únicas e possuem especificidade. Assim, Agricultura trata especificamente da produção de colheitas. Estas constituem a faceta **Personality** da classe básica Agricultura. Economia trata especificamente da riqueza da sociedade (bens e serviços produzidos, distribuídos e consumidos pelos membros da sociedade). A riqueza da sociedade constitui a faceta **Personality** da classe básica Economia. A Indústria têxtil trata de fábricas para a produção de têxteis. As fábricas e os têxteis constituem a faceta **Personality** da classe básica Indústria têxtil.

Pelos exemplos aduzidos vê-se que a faceta **Personality** é constituída de entidades, seus tipos ou espécies e respectivas partes ou órgãos. Por este motivo foi possível identificar os conceitos de Coisa, Todo, Produto final, Tipos ou espécies, Partes ou órgãos com a categoria fundamental **Personality**.

Matter. Esta categoria compreende o material de que são feitas as coisas (MMt), assim como as respectivas propriedades (MP). Ranganathan insiste em que Morfologia, Fisiologia, Doenças, Ecologia, Higiene pertencem normalmente à categoria **Matter**. Chama também a atenção para o fato de que determinado conceito pode pertencer à categoria **Personality** ou à categoria **Matter**, de acordo com o contexto. Exemplo: Algodão pertence à categoria **Personality** em Agricultura, mas pertence à categoria **Matter** quando se trata da Indústria têxtil. O mesmo pode acontecer em muitos outros casos.

Energy. Esta categoria indica qualquer tipo de ação. Pode ser caracterizada como Ações, Reações, Processos, Operações, Problemas. Tem a particularidade de, ao aparecer, concluir aquilo que Ranganathan chama de ciclos (**rounds**) das facetas.

Space e Time. Estas duas categorias não oferecem dificuldade. Traduzem o aspecto espacial (geográfico) e cronológico dos assuntos analisados, respectivamente.

A esta altura parece oportuno indagar: qual a situação da CDU em face dos princípios acima expostos? A resposta já se encontra, de

certo modo, na denominação que de início lhe foi dada: classificação semifacetada. Esta semifacetação consiste no fato de que, sendo embora, como a CD, uma classificação basicamente enumerativa, neia foram introduzidos alguns dispositivos e foram feitas algumas reformas e melhorias que a aproximaram do tipo das classificações facetadas. Vejam-se, por exemplo, as classes 82 Literatura e 616 Patologia. Ai é bem visível o processo de facetação. Noutras áreas, como as classes 63 e 664 é possível, com algum esforço, identificar as várias facetas em que o assunto foi distribuído. Noutras, porém, torna-se bastante penoso descobrir os princípios que orientaram a formulação das facetas. Nossa sugestão é que, corajosamente, seja empreendida a tarefa de reformulação dos vários esquemas, na medida exigida por uma distribuição lógica e bem facetada dos diversos assuntos.

Quanto às sugestões concretas até agora apresentadas à FID — de que tenho conhecimento — convém salientar a de Scibor, Schmidt e Wijn pelo que de mais notável apresentam (12). Trata-se de uma elaboração das chamadas facetas gerais. Como as facetas gerais da CDU compõem as tabelas auxiliares, presume-se que se trata de uma revisão destas mesmas tabelas. O que é preciso ressaltar é que o elenco está estruturado em conformidade com os esquemas fundados na conhecida teoria dos níveis integrativos. Segundo esta teoria os sistemas de classificação bibliográfica deveriam deixar de basear-se em disciplinas para dar ênfase aos fenômenos. No esquema em apreço não se faz menção deste problema, mas a estrutura recebida oferece margem para a suposição de que a teoria dos níveis integrativos não esteja ausente. Sendo o último item denominado **subject-fields**, talvez se trate de uma tentativa de conciliação dos dois pontos de vista (divisão por disciplinas ou por fenômenos). A CDU continuaria baseada na divisão por disciplinas, nas tabelas principais, mas nas tabelas auxiliares (**general facets**) teria um elenco calcado nos fenômenos.

Mais do que uma análise do que de fato será feito para transformar a CDU num sistema de classificação totalmente facetada, tarefa que, obviamente, é da alçada dos peritos no assunto, cabe neste momento perguntar: qual a reação dos usuários em face das modificações da CDU? Os utilizadores do sistema, como bem observaram André van der Laan e Jan H. de Wijn, em artigo publicado no início do ano passado (5), podem ser distribuídos em dois grupos: os que não querem mudar nada e os que querem mudar tudo. Os responsáveis pela CDU procuram, de algum modo, satisfazer uns e outros. Mais aos primeiros do que aos segundos. Entretanto, desde que começou a desfazer-se a esperança de que o sistema viesse a ser

utilizado, tal como se encontra, pelo Unisist, a preocupação por uma reforma em profundidade, também nas estruturas, começou a criar vulto. Acreditamos que, desta vez, os mais rigorosos defensores do atual **status quo** hão-de compreender a necessidade de uma reforma que realmente atualize a CDU. Esta compreensão é, sem dúvida, da máxima importância, neste momento.

Abstract

The theory of analytico-synthetic, or faceted, classifications and its influence on the reform of the Universal Decimal Classification (UDC)

General failure of enumerative classifications led librarians and documentalists to reject all classifications as information retrieval tools. UDC as a semifaceted scheme most probably inspired Ranganathan in formulation and development of his theories. If UDC is to fulfill the requirements of modern documentation it must employ basic principles of faceted classifications in order to change into a fully faceted classification.

REFERÊNCIAS

1. AITCHISON, Jean & DAY, Patricia, ed. **Thesaurfacet: a thesaurus and faceted classification for engineering and related subjects**. Whetstone, English Electric Co., 1969. 516 p.
2. DAHLBERG, Ingetraut. Possibilities for a new Universal Decimal Classification. **Journal of Documentation** 27 (1) :18-36, Mar. 1971.
3. FOSKETT, A. C. Present and future needs for a general classification scheme. In: ————. **The Universal Decimal Classification**. London, Clive Bingley, 1973, p. 11-19.
4. HAENENS, Léon d' & LORPHEVRE, Georges. Rapport sur la rédaction d'index "thesaurifiés" de la Classification Décimale Universelle. La Haye, FID, 1974. FID/CCC/EG Meeting. Doc. 74-5a.
5. LAAN, André van der & WIJN, Jan H. de. La revisión de la CDU y el proyecto SRC: relaciones y realimentación. **Boletín de la Unesco para las Bibliotecas** 28 (1) :2-10, ene./feb. 1974.
6. LLOYD, G. A. FID's Standard Reference Code project and UDC improvement programme. **Aslib Proceedings** 24 (10) :580-587, Oct. 1972.
7. MILLS, J. **A modern outline of library classification**. London, Chapman and Hall, 1960, p. 13.
8. MOSS, R. Categories and relations: origins of two classification theories. **American Documentation** 15 (4) :296-301, Oct. 1964.
9. RANGANATHAN, S. R. Hidden roots of classification. **Library Science with a Slant to Documentation** 4 (1): 9-26, Mar. 1967.

10. ROBERTS, Norman. An examination of the personality concept and its relevance to the Colon Classification scheme. **Journal of Librarianship** 1 (3) :131-148, July 1969.
11. SCHMIDT, Adolf-Friedrich. Die langfristige Umwandlung der DK in eine universelle Facettenklassifikation ("DK-Reform"). Zusammenfassung der in den FID-Dokumenten C74-1 und C74-4 veröffentlichten Vorschläge. DNA, Feb. 1974. 10 s.
12. SCIBOR, SCHMIDT & WIJN. Draft suggestion for general facets to be developed in UDC. FID/CCC/D74-4. 3 p.
13. UNIVERSAL DECIMAL CLASSIFICATION (UDC) REVISION AND PUBLICATION PROCEDURE. The Hague, International Federation for Documentation, 1968, 2.3.
14. VICKERY, B. C. The need for classification. In: ————. **Classification and indexing in science**. London, Butterworths, 1959, p. 1-17.
15. ————. Systematic subject indexing. **Journal of Documentation** 9 (1) :48-57, Mar. 1953.